vinetur

Senador italiano considera exclusão de proposta sobre vinhos Piwi uma oportunidade perdida

A medida permitiria que os consórcios locais decidissem se as castas resistentes a doenças poderiam ser utilizadas em vinhos DOC e DOCG

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



ROMA — Na quarta-feira, 4 de novembro, Gian Marco Centinaio, vice-presidente do Senado italiano e senador do partido Lega, afirmou que a exclusão de uma proposta relativa às castas Piwi do projeto de lei Coltiva Italia foi uma oportunidade perdida para a viticultura italiana.

Numa declaração divulgada em Roma, Centinaio lamentou que uma emenda do senador Pietro Patton não tenha sido incluída no projeto de lei agrícola atualmente em discussão no Senado. A proposta pretendia permitir a inclusão de castas Piwi — videiras desenvolvidas para resistir a doenças fúngicas — nos cadernos de especificações dos vinhos com denominação de origem protegida.

Centinaio afirmou que a medida teria permitido a entrada de vinhos produzidos com videiras híbridas resistentes a doenças nas denominações DOC e DOCG, mas apenas se o consórcio de tutela correspondente assim decidisse. Nesta abordagem, a decisão não seria automática para todas as denominações. Cada consórcio poderia decidir se admitia essas castas no respetivo caderno de especificações.

Defendeu que a proposta era compatível com as regras europeias e afirmou que também tinha sido apoiada por uma pergunta parlamentar subscrita por vários partidos, que apresentou ao ministro da Agricultura juntamente com Antonella Forattini, deputada do Partido Democrático, de centro-esquerda. Centinaio afirmou que uma alteração deste tipo reconheceria o contributo da investigação para a viticultura italiana, preservando simultaneamente a qualidade dos produtos e a segurança dos consumidores.

Apelou também ao Senado para analisar um projeto de lei separado, apresentado por Patton, que alteraria a lei consolidada italiana do vinho sobre a mesma questão. Centinaio afirmou esperar que o projeto pudesse ser aprovado antes do fim da atual legislatura.

A discussão centra-se na possibilidade de o sistema italiano de denominações, altamente regulamentado, permitir uma utilização mais ampla de castas resistentes nos vinhos comercializados com algumas das mais conhecidas designações de qualidade do país. As regras DOC e DOCG determinam a forma como os vinhos são produzidos e comercializados em muitas das mais importantes regiões vitivinícolas de

Itália. Qualquer alteração às castas autorizadas pode ter consequências diretas para os viticultores, as adegas e os consórcios responsáveis pelas denominações.

As castas Piwi têm despertado interesse nos últimos anos porque a sua resistência a doenças fúngicas pode reduzir a necessidade de alguns tratamentos na vinha. Os seus defensores afirmam que isso poderá ajudar os produtores a baixar os custos e a avançar nos objetivos de sustentabilidade sem comprometer os padrões de qualidade, sobretudo se a sua adoção continuar dependente das decisões dos consórcios locais. Em partes do setor, os críticos têm manifestado preocupações quanto à preservação da tradição, da tipicidade e da identidade das denominações históricas.

Por isso, a questão é importante para o setor das bebidas para além do debate parlamentar imediato. Se Itália vier a alargar o acesso das castas resistentes aos vinhos DOC e DOCG, a mudança poderá influenciar as decisões de replantação, os custos de produção e a estratégia concorrencial dos produtores de vinho sujeitos às regras das denominações. Poderá também afetar a forma como os consórcios conciliam os objetivos ambientais com o posicionamento no mercado das categorias de vinhos premium.

Por enquanto, porém, a proposta referida por Centinaio não faz parte do projeto de lei Coltiva Italia em debate no Senado. A sua declaração voltou a colocar a questão no plano político, pressionando os legisladores a decidir se o tema será abordado através do projeto de lei separado de Patton, em vez de ser incluído no pacote legislativo agrícola mais abrangente.